

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DA EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS), ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015, RELACIONADOS A SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS NO BRASIL; À CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO PELA PETROBRAS COM O FIM DE PRATICAR ATOS ILÍCITOS; AO SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO E AFRETAMENTO DE NAVIOS DE TRANSPORTE, NAVIOS-PLATAFORMA E NAVIOS-SONDA; A IRREGULARIDADES NA OPERAÇÃO DA COMPANHIA SETE BRASIL E NA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS NA ÁFRICA**

**REQUERIMENTO Nº , de 2015  
(Do Sr. Júlio Delgado)**

Requer a convocação do Sr NESTOR CUÑAT CERVERÓ, ex-Diretor Financeiro da BR Distribuidora e ex-Diretor da Área Internacional da Petrobras, para prestar depoimento a esta CPI.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 3º da Constituição Federal; no art. 2º, da Lei nº 1579, de 1952; no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e no art. 218 do Código de Processo Penal; que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. NESTOR CUÑAT CERVERÓ, ex-Diretor Financeiro da BR Distribuidora e ex-Diretor da Área Internacional da Petrobras, para prestar esclarecimentos, na condição de investigado, sobre o esquema de desvio de dinheiro nos contratos de obras com a Petrobras.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Em acareação com o ex-diretor de abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, realizada na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no dia 2 de dezembro de 2014, o ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró disse que não conhecia esquema corrupção existente na Petrobras e negou ter recebido propina. No entanto, no dia 15 de dezembro do ano passado, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou Cerveró à Justiça Federal do Paraná como suspeito dos crimes de corrupção contra o sistema financeiro nacional e lavagem de capital entre 2006 e 2012.

A referida denúncia foi aceita dois dias depois pelo juiz federal da 13<sup>a</sup> Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, que é o responsável pelo processo decorrente da operação da Polícia Federal denominada de Lava Jato. No texto da denúncia, o MPF diz que Nestor Cerveró e o lobista Fernando Soares Baiano – conhecido como Baiano – são suspeitos de receber US\$ 400 milhões (quatrocentos milhões de dólares) de propina nos anos de 2006 e 2007 para intermediar a contratação de navios-sonda para a perfuração de águas profundas na África e no México. Fernando Baiano é apontado como o representante de Cerveró nesse esquema. O pedido dos procuradores é de que os denunciados devolvam R\$ 296 milhões (duzentos e noventa e seis milhões de reais) que teriam recebido como propina e indenização pelos prejuízos causados à estatal.

Na madrugada do dia 14 de janeiro, Nestor Cerveró foi preso ao desembarcar no Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão) quando chegava à capital do Rio de Janeiro. A prisão preventiva de Cerveró aconteceu porque o Ministério Público Federal constatou que havia indícios de que, em liberdade, o ex-diretor continuava a praticar crimes. Segundo o MPF, havia a informação de que Cerveró havia tentado transferir R\$ 500 mil (quinhentos mil reais) para sua filha, mesmo tendo ficado ciente de que perderia 20% da aplicação financeira. Cerveró teria ainda transferido três apartamentos avaliados e R\$ 7 milhões (sete milhões de reais) por R\$ 560 mil (quinhentos e sessenta mil reais).

Na última segunda-feira (23 de fevereiro), o Ministério Público Federal apresentou nova denúncia à Justiça federal contra o ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró e o lobista Fernando Soares, o Fernando Baiano. Os dois encontram-se presos em Curitiba pela Operação Lava Jato por suspeita de envolvimento de corrupção na Petrobras. Dessa vez, eles foram denunciados pelos procuradores pelos crimes de formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. A nova

denúncia foi motivada pelas informações prestadas à Justiça Federal pelo doleiro Alberto Youssef. O doleiro relatou que Fernando Baiano operava a cota do PMDB no esquema de corrupção na Petrobras. O doleiro disse que Baiano era o elo da construtora Andrade Gutierrez com Petrobras.

Na mesma denúncia, o MPF incluiu ainda o advogado uruguai Algora, acusado de ter lavado parte do dinheiro desviado da Petrobras ao comprar uma cobertura de luxo no Rio de Janeiro em nome da offshore uruguai Jolmey do Brasil – filial de offshore uruguai - pelo valor de R\$ 1,532 milhão ( um milhão, quinhentos e trinta e dois mil reais). O imóvel, uma cobertura, foi reformado por R\$ 700 mil (setecentos mil reais) e estaria avaliado hoje, de acordo com os procuradores, em R\$ 7,5 milhão (sete milhões e quinhentos mil reais). O MPF suspeita que o real dono do imóvel é Nestor Cerveró, que firmou um contrato de aluguel bem abaixo do valor de mercado com a offshore uruguai.

O Ministério Público Federal solicita o confisco desse apartamento em Ipanema e do dinheiro depositado nas contas-correntes da empresa de fachada. Dois dias depois, na quarta-feira (25 de fevereiro), o juiz Sérgio Moro acatou a denúncia contra Cerveró, que virou réu por lavagem de dinheiro, e confiscou o apartamento de R\$ 7,5 milhões de reais que, supostamente, teria sido comprado ilegalmente por ele.

Ante o exposto, entende-se necessária a convocação do Sr. Nestor Cerveró para esclarecimentos a esta Comissão, tende em vista os novos fatos acima citados decorrentes da Operação Lava Jato, que apura o esquema de corrupção na Petrobras.

Sala da Comissão, em de de 2015.

**Deputado JÚLIO DELGADO  
PSB/MG**